

**MOVIMENTO PIQUETEIRO:
*Uma Ameaça Lumpemproletária Assombra a
Grande Buenos Aires***

Lisandro Braga*

O ano de 1997 expressou significativamente a consolidação de uma nova dinâmica da luta de classes na Argentina. Os movimentos de contestação social, seus métodos, sua forma organizativa, seus sujeitos contestadores etc. marcaria essa nova dinâmica da luta de classes que se estenderia para diversas províncias do país. Não queremos dizer com isso que as tradicionais modalidades de lutas institucionais (especialmente as greves sindicais) foram suprimidas, mas tão somente que essas perderam a centralidade que possuíam no início da

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR (Universidade Federal do Paraná).

década de 1990 e em parte isso foi consequência da intensidade do processo de lumpemproletarização ocorrido no país, do caráter regularizador neoliberal exercido pelas grandes centrais sindicais e, fundamentalmente, pela radicalização da postura política de setores do lumpemproletariado argentino, muitas vezes formados por ex-proletários da YPF, assim como aqueles oriundos dos principais cinturões industriais do país, ex-servidores estatais etc., que em boa medida possuíam alguma trajetória de militância operária, comunitária e sindical, mas que passavam a atuar também de forma autônoma em relação às instituições burocráticas:

até meados de 1997, em síntese, havia emergido uma nova onda de lutas sociais nas províncias. Essas lutas sociais provinciais, tanto nas modalidades de greves e mobilizações como de bloqueio de estradas e puebladas, continuariam durante os anos vindouros. Recordemos, por exemplo, os novos bloqueios e puebladas impulsionados pelos desempregados de Mosconi e Tartagal em dezembro de 1999, maio e novembro de 2000 e junho de 2001 e as greves, mobilizações, bloqueios de estradas e enfrentamento com a gendarmeira [realizado] por [servidores] municipais, docentes, servidores dos hospitais de

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[42]

Tucumán em agosto e setembro de 1999. Ainda mais: ambas modalidades tenderiam a fusionar-se em várias ocasiões, como naquela do *Correntinazo* de junho-dezembro de 1999, onde as greves e mobilizações dos [servidores] municipais, docentes, e [servidores] judiciais em protesto por pagamento de salários atrasados e reincorporação de companheiros despedidos confluiu em uma pueblada de novo tipo (a *praça da resistência correntina*: o acampamento durante meses de milhares de manifestantes na praça central da cidade) e em novos bloqueios de estradas (entre eles, o corte da ponte Corrientes-Resistencia, desalojado pela gendarmeria com um saldo de dois mortos) [...] (BONNET, 2008, p. 372-373 – parênteses nossos).

Além disso, esse mesmo ano marca a chegada dos bloqueios de estradas no território lumpemproletarizado do conurbano bonaerense, ex-cinturão industrial que contorna Buenos Aires. A influência dos bloqueios de estradas, realizados principalmente pelo lumpemproletariado, nas províncias do interior influenciou profundamente o nascimento de diversos movimentos de desempregados na região. Conforme aponta Vitullo,

os acontecimentos da história piqueteira de 1996 e 1997 foram reconhecidos pelas distintas agrupações como etapas

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[43]

fundacionais deste movimento que, lembremos, nos primeiros anos revestia um caráter instável e fragmentário: as lutas costumavam ser parciais e dispersas, as mobilizações eram por reivindicações de setores específicos, davam-se de maneira descontínua e, sobretudo, não conseguiam se cristalizar ou se traduzir em organizações permanentes e de caráter nacional. O reconhecimento às “puebladas” de Cutral-Có e Plaza Huincul e Mosconi/Tartagal vê-se refletido também nos nomes de muitas agrupações piqueteiras (VITULLO, 2008, p. 113).

O movimento piqueteiro, como bem demonstra a vigorosa análise realizada por Svampa e Pereyra (2009; 2005), nunca foi um todo homogêneo, pelo contrário, sempre esteve atravessado por diferentes tradições organizativas e perspectivas políticas distintas, assim como possuiu uma dupla vertente. Por um lado, o movimento de contestação social que nasce nas províncias petroleiras do sul e norte do país, inicialmente conformado por uma heterogeneidade (multisetorial) de grupos sociais (docentes, estudantes, pais de alunos, pequenos comerciantes etc.) duramente golpeados pela regularização neoliberal e pelo lumpemproletariado que se expande com

esse processo, especialmente com a privatização da empresa petrolífera YPF.

Essa primeira vertente foi marcada pelo caráter repentino, massivo e intenso do processo de lumpemproletarização de milhares de operários, em uma região que girava ao redor dessas empresas e da economia movimentada por ela. A segunda vertente remete às ações e organizações lumpemproletárias de caráter territoriais que emergem a partir da década de 1970 no conurbano bonaerense, como resultado de um lento e profundo processo de transformações no mundo operário, marcado pela desindustrialização e deslocamento industrial, por um intenso processo de lumpemproletarização e empobrecimento crescente de sua população, assim como pela expansão das estruturas partidárias e suas políticas neoliberais assistencialistas e clientelistas.

Em resumo, a gênese do movimento piqueteiro não se relaciona com um único processo. O movimento piqueteiro não é o produto exclusivo dos piquetes e puebladas que sacudiram as distantes províncias argentinas nos últimos anos, porém tampouco brotou naturalmente dos assentamentos originados nos anos 80 na

província de Buenos Aires. É a convergência desses dois afluentes o que vai permitir a formação, expansão e ainda a posterior potencialização do movimento piqueteiro. A confluência entre, por um lado, ação disruptiva, dinâmica assembleiaria e identidade piqueteira, originária dos piquetes e puebladas do interior do país, e, por outro lado, os modelos de organização e militância territorial, desenvolvidos de maneira paradigmática em determinadas regiões, sobretudo em La Matanza e no eixo sul do conurbano bonaerense (SVAMPA, 2010, p, 242).

Nos primeiros anos da década de 1990, com o processo de privatização de diversas empresas estatais, vários bairros do conurbano bonaerense começaram a se organizar para contestar o aumento das tarifas dos serviços fornecidos pelas empresas agora privatizadas (água, energia etc.), assim como o corte do fornecimento dos serviços devido à inexistência de condições para o pagamento dos mesmos. A partir dessas ações iniciais, ainda que para garantir seus interesses imediatos, setores do lumpemproletariado bonaerense adotariam uma postura política contestadora e contrária à cooptação clientelista. De acordo com Delamata (2004), as primeiras ações coletivas,

realizadas com o objetivo de satisfazer necessidades imediatas, ocorreram no ano de 1996 em alguns bairros lumpemproletarizados, quando milhares de pessoas organizaram sopas coletivas e manifestações que exigiam do município a entrega de pacotes de alimentos e materiais de construção em caráter emergencial. No final de 1997, grupos de lumpemproletários começam a bloquear estradas e avenidas exigindo os planos de trabalho anunciados pelo governo:

as ações originárias corresponderam ao já constituído Movimento de Trabalhadores Desempregados de Florencio Varela que nessa data (final de 1997) realiza o primeiro bloqueio de estrada no distrito e recebe do governo provincial quase mil planos de trabalho, e os desempregados de La Matanza que, com Juan Carlos Alderete a frente da mobilização, obteriam 60 planos depois de ser dispersado do bloqueio com ameaças de repressão – adiantando assim os que seriam os focos zonais de constituição das organizações de desempregados: La Matanza a oeste e a zona sul do conurbano. Porém, a partir desse momento, e, sobretudo a partir do ano 2000, essa configuração do campo de confrontação e da negociação com o governo se padroniza: o bloqueio de estrada, cada vez mais massivo, se generaliza como metodologia de luta e os

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[47]

planos laborais são a resposta que brinda o estado ante as reclamações por postos de trabalho (DELAMATA, 2004, p. 21-22).

Podemos distinguir três principais correntes políticas¹ na forma organizacional dos movimentos de desempregados: a) a sindical; b) a político-partidária c) a ação territorial autônoma. Inicialmente os movimentos de desempregados se organizam de forma autônoma, por fora das estruturas burocráticas, pois para tais estruturas o problema do desemprego não era um problema seu, visto que sua função fundamental sempre foi negociar os níveis de exploração capitalista e os desempregados estão à margem da exploração capitalista do trabalho. E, como já afirmamos, diversos setores da burocracia sindical presentes no interior do bloco progressista, contribuíram decisivamente para a regularização neoliberal e, por conseguinte, com o intenso processo de lumpemproletarização. Por essa razão alguns burocratas sindicais procuraram inescrupulosamente inventar inimigos imaginários, nos quais lhes cairiam a responsabilidade pelo

¹ Para maiores informações Cf. (ALMEYRA, 2004; SVAMPA e PEREYRA, 2009; VITULLO, 2008).

crescimento do desemprego, abstraindo as tendências da acumulação capitalista e o papel das instituições burguesas (sindicais) na sua reprodução, pois

enquanto G. Martínez (dirigente sindical/CGT) denunciava os trabalhadores bolivianos, paraguaios e brasileiros como culpados pelo aumento do desemprego e a UOCRA organizava uma massiva campanha com cartazes para “que não tirem nosso pão de cada dia”. O chefe dos operários da construção sintonizava dessa maneira com as manobras do governo menemista que, em janeiro de 1994, anunciava o endurecimento de sua política migratória como medida contra o desemprego. E, em seguida, O. Loscano encabeçava uma mobilização de trabalhadores de LyF até as portas de Edesur (a companhia elétrica, controlada pela chilena Chilgener), com os cartazes “chilenos filhos da puta” e “chilenos ladrões” e a queima de um caixão envolto em uma bandeira chilena, e declarava que aos chilenos “abriram as portas sem discriminação alguma e hoje nos faltam o respeito em nossa própria casa” (BONNET, 2008, p. 365).

Conforme aponta Ferreiro (2007), a abordagem que os sindicatos conferem ao desemprego é uma abordagem essencialmente reformista, tratando-o como um problema individual, setorial ou em todo caso como um problema

econômico conjuntural, mas sempre abstraindo as leis da acumulação capitalista, na qual a lumpemproletarização constitui uma de suas alavancas propulsoras:

frente a isso os sindicatos não possuem respostas: sua função é a negociação com os capitalistas e as leis de acumulação não são negociáveis, senão que, simplesmente, as aceitam ou não as aceitam, as obedecem ou as combatem. Na medida em que os sindicatos se integram no capitalismo e se convertem em uma extensão do poder do Estado, têm que defender forçosamente uma visão individualista e conjuntural do problema ou bem manter posições demagógicas que, em aparência, questiona o capitalismo, mas que, na prática, são apenas justificações para a inação (FERREIRO, 2007, p. 40).

Contudo, isso não impossibilitou que algumas centrais sindicais buscassem organizar os desempregados, pelo contrário, pois se os desempregados se apresentavam como a força contestadora mais ativa, são eles quem devem ser controlados e sua contestação aproveitada para as disputas eleitorais, canalizando-as para as instituições burguesas, com suas regras moderadas, submetidas à hegemonia burguesa etc. A primeira agrupação do movimento piqueteiro de caráter sindical e a mais antiga

delas foi a *Federación de Tierra e Vivienda* (FTV) e a *Corrente Classista e Combativa* (CCC). Tanto a FTV quanto a CCC nascem no município de La Matanza, como resultado das duríssimas lutas pela legalização das terras ocupadas por diversas famílias lumpemproletárias e contra o despejo estatal nas décadas de 1970/80. A origem de seus militantes e dirigentes possuem muitas semelhanças, visto que geralmente são oriundos das mesmas classes sociais: ex-operários com longa carreira industrial e lumpemproletarizados de longa data, ex-trabalhadores precários com carreiras instáveis, mulheres com escassa participação no mercado de trabalho e jovens com quase nenhum contato com o mercado de trabalho. O município de La Matanza, com quase 1.500.000 habitantes, representou um dos maiores distritos industriais do país e, ao final da década de 1990, passou a representar uma das maiores concentrações lumpemproletárias da Argentina (SVAMPA e PEREYRA, 2009).

Em 1996, a FTV funda a primeira Comissão de Desempregados de La Matanza, realizando sopas populares e manifestações em frente ao governo municipal, exigindo

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[51]

ajuda alimentícia, materiais de construção e subsídios estatais. A CCC é uma corrente sindical que mantém vínculos orgânicos com o *Partido Comunista Revolucionário* (PCR), de inspiração maoísta. Foi uma das primeiras correntes sindicais a buscar adeptos entre os desempregados desde 1997 e que veio somando milhares de adeptos em seu seio. Suas normas e métodos para distribuição dos subsídios que passavam a administrar possuem semelhanças com os métodos dos cabos eleitorais políticos, visto que se caracterizam pela “utilização de um sistema de pontuação para a distribuição de novos auxílios, sendo merecedores da adjudicação às pessoas que registraram maiores índices de comparecimento nas passeatas ou nos cortes de estrada” (VITULLO, 2008, p. 145). A FTV e a CCC comporão, no interior do movimento piqueteiro, uma das alas do bloco progressista (reformista), caracterizado pela postura moderada (bloqueios parciais, com vias alternativas para o trânsito de automóveis) e com forte inspiração peronista e inclinação para a institucionalização das lutas nos aparatos estatais, adotando uma postura mais dialógica, negociadora e dependente do

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[52]

estado. Conseqüentemente, entraram em conflito com outros movimentos piqueteiros que compunham os denominados “grupos duros”, que adotavam posturas mais radicais nos bloqueios de estrada, valorizando a ação direta, com possibilidades de enfrentamento físico contra as forças repressivas etc. (BONNET, 2008; VITULLO, 2008; SVAMPA e PEREYRA, 2009). Podemos dizer que, de forma geral, a estratégia de classe do bloco progressista é

apelar para o proletariado, para as classes desprivilegiadas, geralmente usando terminologia específica, como “povo”, “massas”, entre outros, visando se fortalecer, eleitoralmente ou como base de apoio, para conquistar o poder estatal. Dessa estratégia geral, emerge duas formas específicas de concretizá-la, adotadas por suas alas, ou seja, suas divisões internas. Assim, aparentemente o bloco progressista tem uma base popular, mas a sua direção pertence à burocracia e, em menor grau, à intelectualidade (e os indivíduos dessa muitas vezes passam para a burocracia e isso ocorre com relativa facilidade, quando são mais ativistas). Essa aparência tem um elemento real, pois parte da população e das classes desprivilegiadas realmente apoiam tal bloco, seja em processos eleitorais ou outras formas de ação política, embora em número reduzido, o que varia com as conjunturas políticas, processos sociais em geral, tendo épocas

no qual isso se torna mais amplo. Outro elemento que deve ser considerado é que a classe de origem de muitos burocratas e intelectuais é o proletariado ou demais classes desprivilegiadas” (VIANA, 2015c, p. 18).

Desde os primeiros estudos sobre o movimento piqueteiro, nos parece que nunca foi uma tarefa simples e fácil significar a heterogeneidade das perspectivas políticas que marcaram esse *movimento de movimentos*, especialmente em um contexto de constantes reordenamentos e grandes fracionamentos. No interior do alinhamento político-partidário denominado “radical”, existiram grupos independentes extremamente distintos entre si, tais como Polo Obrero (do Partido Obrero), o Movimento Sem Trabalho Teresa Vive (ligado ao Movimento Socialista dos Trabalhadores), o Movimento Territorial de Liberação (vinculado ao Partido Comunista/PC), Coordenadora de Unidade Barrial (CUBA), Barrios de Pie (Patria Libre) e as Coordenadoras de Trabalhadores Desempregados, agrupados na Aníbal Verón (VITULLO, 2008; SVAMPA e PEREYRA, 2009).

Os elementos que esses grupos têm em comum reenviam menos a uma matriz única que a um acordo político fundado sobre o diagnóstico da situação argentina e, por onde, a necessidade de desenvolver um plano de luta instalado na confrontação aberta com o governo. Mais difusos são os pontos de encontro no que se refere a um projeto mais amplo como heterogêneas são também as lógicas de intervenção territorial de cada grupo (SVAMPA e PEREYRA, 2009, p. 63-64).

O Movimento Teresa Rodríguez/MTR (vinculado ao Movimento Socialista dos trabalhadores, de inspiração trotskista), assentado nas regiões bonaerenses de Florencio Varela, La Matanza, Lanús, San Martín, Avellaneda, Berazategui e Merlo, representou uma das principais organizações territoriais de caráter autônomo, que se autodefinia como um movimento político e social de inspiração guevarista, no qual suas ações e pretensões apontavam para, além do desenvolvimento de um movimento de desempregados e das exigências reivindicativas, a construção de um projeto político mais amplo, tal como o de atingir o poder pela via eleitoral etc. Nessa modalidade organizacional, o movimento de desempregados se encontra claramente submetido às suas

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[55]

orientações políticas, que fundamentalmente objetiva as disputas institucionais e eleitorais burguesas e para isso depende dos subsídios estatais para controlar e manejar o lumpemproletariado (ALMEYRA, 2004; SVAMPA, 2010). Nesse sentido, tais organizações expressavam a ala mais extremista do bloco reformista, com uma linguagem mais radical em torno de uma vaga ideia de socialismo, porém, na prática suas ações (autoritárias) não se diferenciavam muito das organizações mais moderadas e reformistas:

de fato, as organizações dirigidas pelos chamados revolucionários são, por exemplo, tão verticais e ultracentralistas como as peronistas, tem incorporado também punteros e manzanas, passam a lista a seus afiliados para obriga-los a ir nas manifestações sob pena de não lhes entregarem o pacote de comidas e a subvenção monetária do Plano, que adjudicam e administram da mesma forma que a mais caudilhesca das outras organizações piqueteiras. Naturalmente, ainda que critiquem o governo, dependem do Estado para manter sua clientela exigindo com suas manifestações uma cota maior de Planos Jefes y Jefas de Hogar. Uma solução real ao problema do desemprego, um plano de criação de postos de trabalho, a identificação de onde

retirar os fundos para o mesmo e lutar para modificar a estrutura social do país, em particular a posse da terra, ficam em segundo plano. Seu objetivo central é conseguir do governo, pressionando-o com manifestações e ocupações, uma cota maior de poder, no qual as subordina e desprestigia (e beneficia as organizações piqueteiras pro governamentais, como a FTV e a CCC, que são mais numerosas, já que as mesmas obtêm ajudas que as outras não conseguem ou devem lutar por muito tempo para poder alcançar) [...] (ALMEYRA, 2004, p. 138-139).

Por último, temos as organizações de caráter territoriais autônomas que não participam de nenhuma das organizações que se articulam nacionalmente, apesar de em algumas ocasiões realizarem tarefas conjuntas com o Bloco Piqueteiro; e se caracterizam, especialmente, por não participarem de forma alguma de nenhuma disputa político-eleitoral, nem tampouco fornecer apoio partidário, pois priorizam o trabalho local/territorial. Dentre esses, se destacam os Movimento de Trabalhadores Desempregados (MTD) da Coordenadoria Aníbal Verón e o Movimento de Trabalhadores Desempregados de La Matanza (MTD LA Mataza). Os MTD da Aníbal Verón estavam organizados em diversas regiões do conurbano bonaerense (Quilmes,

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[57]

Lanús, Almirante Brown, Florencio Varela, Esteban Echeverría, Berisso, Villa Lugano etc.) e seu traço característico é a centralidade dada à organização das ações territoriais comunitárias, com o objetivo de criar laços de solidariedade alternativos à sociabilidade burguesa que auxilie a construção de espaço de contrapoder capitalista. É importante destacar que tais organizações se viram bastante influenciadas pela experiência zapatista em Chiapas (México, 1994), pelo *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST-Brasil) e por alguns ideólogos da esquerda autonomista com influências pós-estruturalistas (Antonio Negri e John Holloway).

O MTD La Matanza é uma organização com uma característica particular, talvez a única organização piqueteira que se recusou completamente a se relacionar com o estado, através do recebimento de planos sociais, pacotes de alimentos, subempregos (contraprestação laboral) etc., por considerar que esse tipo de política assistencialista desviava a luta do seu foco fundamental, isto é, a exigência de trabalho digno, bem como destruía os laços de solidariedade que iam sendo gestado no processo

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[58]

de luta e auto-organização. Seu dirigente, Toty Flores, ainda aponta que as políticas assistencialistas, por serem mínguas, cumprem um papel estratégico para o bloco dominante, visto que são responsáveis por destruir laços de solidariedade e reforçar a postura individualista que compromete a luta, fragmentando, dividindo os companheiros, minando a solidariedade:

vejam que é terrível porque tem que gerenciar a miséria, te dão vinte postos para duzentos companheiros, vocês têm que elege o vinte e o culpado para o vizinho acabará sendo você. Ocorreu isso, quase se matam. Existe companheiros que pareceu que estavam esperando que o outro vá embora pra ver se poderia entrar nas cotas dos planos sociais. Tudo isso rompe a construção daquilo que nós acreditamos que seja a reconstrução dos laços solidários, ao contrário, é a expressão mais terrível do individualismo (FLORES, 2005, p. 73).

A postura desse MTD tem muito a ver com a consciência política de seu principal militante e fundador (Toty Flores), pois esse foi um ex-operário (metalúrgico e torneiro) que participou ativamente no movimento operário e nessa experiência pode perceber o caráter conservador e

autoritário dos sindicatos e partidos políticos². Sobre os primeiros, constatava:

em uma das fábricas [que trabalhei] fui delegado, em outras cumpro o papel de organizador, mas sem estar no sindicato porque era bastante complicado. O sindicato metalúrgico era muito repressivo. Do interior se via tudo bem organizado, com sindicatos poderosos. Porém, na prática tudo isso não era verdade. A decepção foi muito grande. Tinha mais repúdio à burocracia sindical que à patronal, porque eram os traidores de nossa gente. Assim, desde sempre houve muito ódio contra os grêmios estruturados. As negociações se faziam nas costas dos trabalhadores, se assediavam os tipos honestos com o que poderíamos estar de acordo ou não, mas que lutavam [...] É muito interessante que os desempregados possam se filiar a CTA, porém não existe nenhuma política nesse aspecto [do desemprego]. Tivemos algumas sopas populares na zona onde supostamente iriam nos apoiar, mas por distintas razões

² Vale destacar que quase há uma década essa já não é a concepção que Toty Flores tem em relação às instituições burguesas tal como o partido político e o estado. Para esse, assim como para outros tantos ex-dirigentes piqueteiros, após o refluxo das lutas sociais, o movimento de desocupados lhes deram grande visibilidade e força política para chegar ao poder do estado, passando de liderança lumpemproletária à burocracia governamental (foi deputado entre 2007-2011) e à burocracia partidária (fundou em 2012 o partido político Movimento Social pela República/MSP).

nos deixaram de lado. Por isso, não temos muitas expectativas com o sindicalismo, na realidade não temos expectativas com ninguém, tampouco com os partidos políticos. Aprendemos que temos que resolver os problemas a partir de nós mesmos, com autonomia, com iniciativa (FLORES, 2005, p. 69-70).

Para esse MTD, as principais ferramentas para atingir a “transformação social” são o cooperativismo e a autogestão³. Para isso ele contava com o desenvolvimento de microempreendimentos, que necessita do apoio de grupos de “afinidade ideológica” compostos, em sua

³ Nesse caso, o significado do termo autogestão difere radicalmente do utilizado por nós que é sinônimo de comunismo, livre associação de produtores. No caso do MTD de La Matanza, trata-se de uma autogestão, exercida pelo lumpemproletariado, para garantir minimamente melhores condições de sobrevivência, através do trabalho cooperativo, em um território intensamente lumpemproletarizado, como é o município de La Matanza. E, nesse sentido, demonstra os limites materiais e concretos para o lumpemproletariado se autodeterminar como classe, pois estando marginalizado da divisão social do trabalho, esse só pode contribuir com a transformação social aliando-se ao proletariado revolucionário, ou seja, para transformar a realidade social, depende da emergência do movimento revolucionário do proletariado. O que não significa que suas lutas só devam se desenvolver com a emergência das lutas proletárias, mas sim que essas devem se desenvolver sem perder de vista esse horizonte revolucionário, condição para a abolição do lumpemproletariado enquanto classe, condição para o fim do seu modo de vida marcado pela miséria, ou seja, condição para atingir seu interesse histórico fundamental.

maioria, por estudantes universitários que fornecem cursos e conteúdos da carreira de Trabalho Social, Sociologia, cursos de Informática da Universidade de Buenos Aires etc., padaria comunitária, serigrafia, gráficas, formação cultural escolar para crianças nos moldes da educação popular e outras ações mais. Claro que por conta da sua particular compreensão política, apesar de algumas ações conjuntas com outros movimentos piqueteiros, o MTD de La Matanza se distancia das demais organizações piqueteiras.

Em geral, as características comuns a todos os movimentos piqueteiros, desde as práticas assembleiárias até as práticas de auto-organização, são herdeiras das práticas culturais do movimento operário do início do século XX, em especial da sua corrente anarcosindicalista, assim como da tradição mais recente (1960/1970) do sindicalismo classista e de base (SVAMPA e PEREYRA, 2009).

A partir do ano de 1997, a piqueteria lumpemproletária se expande para inúmeras províncias argentinas, tornando-se, já no ano de 2000, um fenômeno

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[62]

consolidado nacionalmente e em quase todo o conurbano bonaerense. Nesse momento, os bloqueios de estradas e avenidas realizados de forma espontânea, especialmente, por desempregados, mas também por diversos outros grupos e frações de classes, deixavam de ser um fenômeno restrito às províncias do interior e passavam a representar a principal estratégia e modalidade de resistência e contestação à regularização neoliberal em todo o país.

E agora, principalmente na região metropolitana da capital federal, em que os piqueteiros passariam a exigir trabalho e subsídios estatais para o lumpemproletariado tocar diversas atividades comunitárias (refeitórios, hortas comunitárias, padarias, fabricação de tijolos, construção de moradias, postos de primeiros socorros, centros de educação popular etc.) com o objetivo de fazer frente à fome e toda condição insalubre que caracteriza a vida em um território intensamente lumpemproletarizado. Esse conjunto de atividades, juntamente com a tarefa de militar, pressionando o estado com os piquetes e bloqueios de estradas para exigir subsídios, promoveria um conjunto de relações sociais marcadas pelo trabalho coletivo, pela

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[63]

solidariedade, pela substituição da estigmatização e autoculpabilização que carrega essa classe social, pelo sentimento positivo de pertencer a um coletivo, pela dignidade do trabalho auto-organizado, pela resistência e enfrentamento coletivo para garantir a sobrevivência, pela esperança em atingir a dignidade através da luta, pelo avanço da consciência etc. Nesse sentido, a liberdade e dignidade, para alguns setores do lumpemproletariado bonaerense, conformado pelos piqueteiros, estavam na militância em prol do bairro, na luta pela dignidade, contra a exploração e opressão:

nós desempregados deixamos de ficar calados, estamos insatisfeitos e por isso bloqueamos as estradas. Os piqueteiros utilizam os alambrados e tudo que pode ser utilizado para sustentar o bloqueio. Em diferentes marchas, em diversos lugares nos últimos tempos nessa Buenos Aires, os vice-reis [alusão aos poderosos/bloco dominante- LB] não querem nos ouvir nem ver o que está acontecendo [...] Afora seus despachos [da burocracia- LB], nas estradas argentinas os piqueteiros bloqueiam as estradas. Em uma gigantesca imagem de desesperança e miséria. Eles [a burocracia - LB] só escutam a si mesmos. Os vice-reis seguem em silêncio diante da desesperança dos desempregados. Os

piqueteiros gritam: viva à luta. Nos acusam de sermos piqueteiros organizados, de que nos pagam para bloquear as estradas, que existem forças políticas que nos dirigem. Não podem e não querem entender que a miséria neoliberal, a globalização é que nos excluem. Que mais vale lutar do que ajoelhar e deixar nos extinguir. Sonham, os piqueteiros, que o petítório será aceito e haverá justiça, que nossas crianças terão materiais e computadores para melhor estudar. Sonham que nossas casas terão energia e que não teremos que pagar a luz. Sonhamos com alimentos em nossas mesas, sonhamos com transporte gratuito, sonhamos que não haverá mais ajustes nos salários, sonhamos com a terra livre e que a razão de nossa gente é nos organizarmos [...] Sonhamos que devemos lutar e bloquear as estradas para que isso se torne possível [...] a história está sendo escrita com as fumaças dos pneus. Reina a corrupção e a barbárie, mas os piqueteiros chegam com o fogo e a fumaça. Estamos ansiosos para que o calor das chamas e o carvão deixem a terra em paz. O mundo já não será mais esse, mas sim algo melhor - Piqueteiros do MTD Solano de Quilmes (ALAVÍO, 2002a, 08min32seg).

Apesar das diferenças políticas existentes entre as diversas modalidades organizacionais dos movimentos piqueteiros, a questão da formação de uma nova identidade perpassou comumente todas as organizações. O discurso

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[65]

piqueteiro, citado acima, nos apresenta algumas questões que, a partir da experiência da auto-organização, da contestação ao neoliberalismo, suas consequências sociais severas etc. geraram um forte sentimento e mentalidade de pertencer a um coletivo, em um contexto profundamente marcado pela erosão dos laços sociais. Estamos falando, especialmente, do fenômeno social que remete à formação de uma nova identidade. A identidade piqueteira se forma a partir da experiência social, marcada pelo “processo de reflexão e observação simultâneas” que afeta a totalidade do universo psíquico. Foi a partir desse fenômeno social que os piqueteiros passaram a julgar a si mesmos, a partir do julgamento dos outros (ERIKSON, 1987), pois a identidade se forma fundamentada em um “quadro de referências” (GATARRI e ROLNIK, 1996). Nesse sentido, a identidade piqueteira consistiu-se na autoimagem dos piqueteiros, produzida por eles e para eles, mas também pelos outros e para os outros.

É sobre a produção dessa (auto) imagem que gostaríamos de dedicarmos algumas poucas linhas a partir de agora, pois acreditamos que a mesma teve uma

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[66]

determinação importante no reforço da contestação social e do seu processo de radicalização que, em boa medida, foi resultado das ações das mulheres⁴ e da juventude piqueteira, visto que as primeiras foram essenciais no processo de formação das organizações, em sua administração e em diversas atividades, inclusive nas comissões de segurança dos piquetes, e a segunda, devido à potencialização⁵ que a contestação social atingiu com as

⁴ “O vai e vem da estrada aos bairros foi dotando a mulher de um variado protagonismo que inclui funções tradicionalmente ‘femininas’ (o cuidado dos outros), como ‘masculinas’ (a representação): sobre elas repousa tanto o funcionamento de refeitórios e merendeiros e roupeiros comunitários (lugar que forneciam roupas), responsabilidade que se estende em muitos casos também a administração dos planos sociais e ao controle do trabalho comunitário nos bairros. Além disso, são as mulheres as que se encarregam do ‘apoio psicológico’ do grupo, frente a crises familiares, as situações de depressão os problemas de alcoolismo masculino. Em certas organizações (por exemplo, na CCC) também se ocupam das comissões de segurança, durante marchas e bloqueios” (SVAMPA e PEREYRA, 2009, p. 164).

⁵ Anteriormente já apresentamos alguns elementos que faz com que a juventude (grupo etário) detenha um potencial contestador. Dentre esses elementos, fundamentalmente, se destaca o processo de ressocialização repressivo e coercitivo, que visa enquadrar o jovem no papel do *adulto-padrão*, isto é, aquele que reproduz de forma alienada a sociedade capitalista e a mentalidade burguesa. No caso da juventude lumpemproletária, esse processo de ressocialização é realizado em meio à condições de existência muito precárias e violentas (desemprego, inexistência de projeto de vida e futuro,

delinquência, violência policial etc.) que fez com que alguns jovens canalizassem esse descontentamento para a militância social. Conforme aponta Vitullo, “na divisão de tarefas efetuadas entre os integrantes de cada agrupação, quando são criadas as diferentes comissões que se encarregam da segurança, das relações com a imprensa, da biblioteca, dos refeitórios, das oficinas, de organizar atividades para arrecadar fundos, os mais jovens sempre cumprem alguma função importante. Muitos optam por militar nas comissões de segurança, em que canalizam seu espírito de rebeldia e alimentam uma nova mística em seus enfrentamentos com as forças repressivas do Estado. Nos cortes eles podem demonstrar sua coragem e exteriorizar o profundo ódio que sentem pela polícia, única e perversa dimensão para eles visível da estatalidade, a que conhecem a partir das perseguições de que são objeto, levadas a cabo quase diariamente pelos agentes policiais do “mete bala” (gatillo fácil), dos fuzilamentos, da tortura e da permanente discriminação por “portación de cara”. Mas os adolescentes e vinteaneiros não servem apenas de frente de choque para parar a repressão. Vários deles tem alcançado lugares importantes na direção do movimento, protagonizando as instâncias de debate político e tomada de decisões. São muitas as agrupações encabeçadas por militantes com menos de 30 anos, principalmente as independentes, aquelas que rejeitam qualquer relação orgânica com partidos e sindicatos” (2008, p. 131-132). Svampa também destaca que “sem dúvida, a oposição à polícia constitui um dos elementos centrais da ‘narrativa’ identitária das jovens gerações. Essa oposição à presença e ação da polícia remete à uma experiência comum de perseguição e rechaço que sofre grande parte da população jovem argentina, sobre tudo, a proveniente dos setores populares e das classes mais baixas (proletariado precarizado, lumpemproletariado etc.). Esse tema tem origem na última ditadura militar, mas encontra uma forte continuidade nos anos da democracia, da mão do sistema repressivo institucional, encarnado pelas sempre inquietantes forças policiais (provinciais e federais). Não esqueçamos que, desde 1983 em diante, os jovens tem sido e continuam sendo as vítimas privilegiadas do disciplinamento policial nos bairros, ou na saída de bailes, através do *gatillo fácil* e da repressão. Em consequência, o rechaço à polícia,

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[68]

ações desse grupo etário, que se encontrava em um processo de ressocialização extremamente negativo, marcado por uma ressocialização fundamentalmente à margem da divisão social do trabalho e cotidianamente submetida à brutalidade da repressão preventiva nos bairros lumpemproletários . Anteriormente já havíamos apresentado alguns elementos que faz com que a juventude (grupo etário) detenha um potencial contestador. Dentre esses elementos, fundamentalmente, destaca-se o processo de ressocialização repressivo e coercitivo, que visa enquadrar o jovem no papel do *adulto-padrão*, isto é, aquele que reproduz de forma alienada a sociedade capitalista e a mentalidade burguesa. No caso da juventude lumpemproletária, esse processo de ressocialização é realizado em meio às condições de existência muito

uma das instituições mais questionadas das últimas décadas, possibilita uma identificação de base entre os jovens, mas além da diversidade das origens sociais ou dos círculos de pertencimento: uma experiência que, por meio de diferentes linguagens, tende a por descoberto e a denunciar a estigmatização da juventude como ‘classe perigosa’, no limite, encarnação da ‘classe sobrando’ no marco de uma sociedade excludente” (SVAMPA, 2010, p. 178 – parênteses nossos).

precárias e violentas (desemprego, inexistência de projeto de vida e futuro, delinquência, violência policial, uso de drogas etc.) que faz com que alguns jovens canalizem esse descontentamento para a militância política, encarada como signo da dignidade:

a emergência das organizações sociais de desempregados no Conurbano Bonaerense tem favorecido a formação de novas experiências militante, onde adquire relevância central a participação juvenil. Em um contexto de desemprego e questionamento das formas tradicionais de participação e representação política, a importância da presença juvenil nas organizações de desempregados se relaciona com diferentes questões que tem a ver [...] não apenas com o fato de que os jovens possuem uma forte presença nesse tipo de movimentos, senão que, precisamente, a formação dos mesmos tem sido promovida por grupos de jovens militantes que começaram a desenvolver um trabalho territorial a partir da problemática do desemprego. Por outro lado, é precisamente a participação juvenil e a formação de referentes jovens [...] aqueles que aparecem como condição de possibilidade para construir formas novas de conceber e projetar a política (SAINTOUT, 2010, p. 46).

Como já sabemos e apontam diversos estudos, entrevistas realizadas com os próprios piqueteiros, o termo “piqueteiro” aparece pela primeira vez na pueblada de Cutral-Có e Plaza Huincul. Apesar das meias verdades e do oportunismo do bloco dominante em querer transformar o termo em sinônimo de traição e corrupção e da utilização, por parte de alguns setores do lumpemproletariado, do termo fogoneros, foi o termo piqueteiro que adquiriu força expressiva. Daí em diante, principalmente a partir de 1997, todos aqueles que bloqueavam estradas, ruas e pontes foram denominados e reconhecidos, pelo capital comunicacional e pela burocracia, como piqueteiros.



Figura 01– Piquetes bloqueando ruas, estradas e pontes na região metropolitana da Grande Buenos Aires.

Entre os anos de emergência e massificação dos bloqueios/piquetes de estradas, ruas e avenidas (1996-2000) a luta de classes desenvolveu-se também no campo cultural, no qual o bloco dominante se adiantou para caracterizar o movimento piqueteiro, construindo uma corrente de opinião predominante acerca do movimento piqueteiro e que servisse aos interesses da classe burguesa. Os discursos do bloco dominante apontaram essencialmente para a caracterização negativa e a deslegitimação dos piqueteiros, que eram apresentados como sediciosos, guerrilheiros, delinquentes, violentos etc., no mesmo momento em que a burocracia governamental buscava impedir a expansão da piqueteria para outras regiões. Outro elemento que contribuiu para uma imagem negativa dos piqueteiros foi fornecido pela cultura dominante na sociedade capitalista, que aponta para o processo de estigmatização em torno da figura do marginal, do excluído, das classes perigosas, do *novo lumpemproletariado*. Essa caracterização também se viu reforçada pelos preconceitos que ainda hoje é típico de alguns ideólogos pseudomarxistas acerca do

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[72]

lumpemproletariado e sua suposta essência reacionária e perigosa, associando desemprego à conservadorismo político.

Svampa e Pereyra (2009) apresentam três argumentos importantes que reforçam uma definição negativa da identidade piqueteira. O primeiro é aquele que tende a enxergar na militância social, principalmente aquela que valoriza a ação direta e ocupação dos espaços públicos, um aspecto negativo, como ação de baderneiros, apresentados como responsáveis pela sua condição de marginalizado da divisão social do trabalho. Nitidamente, esse argumento se fundamenta nas concepções ideológicas da meritocracia burguesa, da responsabilização neoliberal do indivíduo pela sua condição social e outras diversas falácias, tais como as produzidas pelo bolchevismo etc. O segundo argumento é derivado da potente resistência da juventude lumpemproletária para disputar, palmo a palmo, o controle do território com as forças repressivas do estado. “A imagem dos jovens ‘incontroláveis’ que ocupam as estradas penetra esse argumento, desde os recordados fogoneros em Cutral-Có até os encapuzados piqueteiros dos

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[73]

grupos autônomos” (SVAMPA e PEREYRA, 2009, p. 171). O terceiro e último argumento consiste naquele que declara ser indigno o recebimento de assistência social pelo estado. A tensão em torno do recebimento de subsídios estatais sempre esteve presente nas discussões em diversas organizações, desde aquelas que apontam o recebimento dos subsídios como fruto das pressões exercidas pela luta piqueteira, até aquelas que consideram a entrega dos subsídios como um atestado que certifica a condição de desempregado e marginalizado. No geral, essas foram as imagens construídas sobre os piqueteiros.

No entanto, a autoimagem piqueteira difere radicalmente das imagens anteriormente apresentadas. A imagem do desempregado recebeu uma reinterpretação a partir da autoimagem construída pelos próprios piqueteiros que, mesmo sendo desempregados, ao se intitularem assim, lhes atribuíam outro significado qualitativamente distinto. A identidade piqueteira, sua autoimagem, sempre esteve relacionada à questão da dignidade e orgulho. Alguns jovens piqueteiros, em um bloqueio de estrada no Conurbano Bonaerense, assim explicavam o *ser piqueteiro*:

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[74]

ser piqueteiro nesse momento é sinônimo de dignidade, é defender aquilo que nos retiraram. Estar aqui na estrada fazendo frente a esse sistema de morte, a essa forma de nos destruir como classe trabalhadora. É sentir-se orgulhoso por defender isso e mostrar para a sociedade que somos dignos, apesar de tamparmos a cara, de dizerem que somos negros e sujos. Temos dignidade e orgulho mais que tudo. Não estamos aqui apenas queimando pneus, mas defendemos ideias, defendemos o que queremos. Estamos cansados de sermos mal tratados, sacaneados – jovem piqueteira (ALAVÍO, 2002, 20min07seg); todos nós sabemos quem são nossos inimigos e quem os defendem: a polícia, o exército, eles têm seus matadores. E nossos companheiros também têm quem os defendem. Nós os piqueteiros nos defendemos a nós mesmos, defendemos nosso povo que luta por sua dignidade. Nossa melhor recompensa é ver nosso povo feliz, pois já não precisam esperar soluções de cima, a solução e a mudança encontramos nós mesmos, e não em quatro iluminados, lá de cima que se aproveitam de nós – jovem piqueteiro (ALAVÍO, 2002, 26min13seg).

Identificar-se como piqueteiro representava um completo afastamento do estigma e da imagem negativa que o termo desempregado carrega, pois

ainda que seja a falta de trabalho o que reúne a todos, a percepção de sua situação varia notavelmente. Enquanto o

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[75]

desemprego foi assumido individualmente – como uma ‘epidemia que requer respostas individuais – entre os que se reconhecem como piqueteiros a situação muda radicalmente. Em primeiro lugar, ser piqueteiro tem a ver com uma carga estigmatizante muito menor, na medida em que esse deu lugar a um espaço de reconhecimento que cristalizou finalmente no desenvolvimento de organizações. Um dos eixos centrais do efeito desestigmatizante da nova condição deve ser buscado na ação indissociável do nome “piqueteiro”. Frente à passividade – inatividade – do desempregado, o piqueteiro se define por sua condição ativa (mesmo se está se refere à militância e não ao trabalho). Assim, em um primeiro sentido, a atividade piqueteira se expressa na realização de piquetes, de bloqueios, que tem dado lugar a uma simbologia que sustenta a dignidade na luta. Aqui cobram importância também a assembleia como símbolo de deliberação e horizontalidade; o controle do território, uma reapropriação possibilitada pelo bloqueio; pela pueblada o pela insurreição como horizonte dos bloqueios (SVAMPA e PEREYRA, 2009, p. 171-172).

A condição de classe marginalizada da divisão social do trabalho tende a gerar nos indivíduos que a ela pertence um sentimento negativo acerca das suas potencialidades, assim como uma autculpabilização por sua condição de desempregado e uma autoestima

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[76]

baixíssima. Nesse sentido, o trabalho na realização dos bloqueios de estradas (piquetes), na sua manutenção por vários dias, na garantia da segurança dos que se mantêm ali, bem como o trabalho em empreendimentos autogeridos e participação ativa nas assembleias nos bairros contribuem para a construção de um sujeito coletivo e solidário, capaz de gerar alterações nas relações políticas dos bairros, antes marcadas pela dependência da mediação realizada pelos punteros políticos. Toda essa gama de atividades fez com que os subsídios estatais fossem encarados como resultado da luta e da auto-organização, que com os bloqueios e piquetes os arrancavam da burocracia governamental. Dessa maneira, os subsídios estatais foram ressignificados e vistos como resultado de muitas lutas e não concessões estatais.

Independente das posteriores apropriações e cooptações que algumas organizações piqueteiras sofreram, sua emergência e expansão demonstraram, ao contrário do que determinados autores sempre afirmaram sobre a disposição do lumpemproletariado somente ao

conservadorismo político⁶, a potencialidade que o lumpemproletariado tende a adquirir no regime de acumulação integral ao adotar uma postura política radicalmente contestadora. Existem diversas determinações que ajudam na compreensão da emergência desse movimento radical de contestação do lumpemproletariado no conurbano bonaerense. Uma delas remete, fundamentalmente, aos elementos culturais da classe operária, suas lutas internas (melhores salários e condições de trabalho, pelo não fechamento de algumas fábricas etc.) e externas à fábrica (pela legalização de seus terrenos, pela assistência dos serviços públicos - água, esgoto, energia, educação, saúde), seus métodos, suas organizações etc. que, através do intenso processo de lumpemproletarização, foram lançados no seio da classe

⁶ Esse é o caso da análise de Alberto Passos Guimarães em sua obra *As classes perigosas – banditismo urbano e rural* (2008) quando afirma, em relação ao conservadorismo político do lumpemproletariado “em todos os tempos”. Segundo ele, “nada indica que as mudanças que porventura tenham ocorrido possam alterar as características essenciais de sua composição e do seu comportamento social ou político” (GUIMARÃES, 2008, p.25). Contudo, nossa tese e a de outros autores demonstra exatamente o contrário (BRAGA, 2013; VIANA, 2014).

lumpemproletária, contribuindo com essa maior politização.

No conurbano bonaerense, tais elementos culturais remetem à cultura da luta territorial que inicia com as ocupações “ilegais” de terras, drenando e aterrando pântanos, asfaltando ruas, exigindo os serviços públicos e sua melhoria, construindo organizações de vizinhos, redes de fomento, de solidariedade e trabalho etc. É interessante perceber que as organizações piqueteiras nascem, especialmente, nos antigos bairros operários onde toda essa cultura de organização solidária já existia e fora recuperada pelo lumpemproletariado. Porém, o processo de lumpemproletarização que atinge frações e grupos da classe subalterna, principalmente a juventude, levando-os a experimentar uma vida pobre e com escassas oportunidades, também contribuirá para a injeção de elementos culturais que reforça a luta lumpemproletária em algumas regiões do conurbano (SVAMPA e PEREYRA, 2009). Nesse sentido, a postura política contestadora do lumpemproletariado, no regime de acumulação integral, tem como determinação fundamental a expansão e

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[79]

intensificação da lumpemproletarização, que faz com que “os novos contingentes que passam a somar as fileiras do lumpemproletariado levam, através de alguns indivíduos, elementos culturais diferenciados e experiências de luta que contribuem com uma maior politização do mesmo” (VIANA, 2014, p. 23). Apesar do uso de uma linguagem que consideramos problemática (capital simbólico e capital militante) e dos limites de sua análise, especialmente a não percepção da enorme distância que separa a cultura marxista da cultura leninista, enxergando apenas a aparência de suas semelhanças, Benclowicz (2013) também reconhece a importância dos elementos culturais, que o processo de lumpemproletarização injeta no seio do movimento lumpemproletário e de suas contribuições para a adoção de uma postura política mais contestadora e radical. No conurbano bonaerense,

os piqueteiros, portanto, nascem ali onde já tinha havido um processo de construção da consciência e da identidade superior ao resto dos trabalhadores peronistas mas que se tem realizado a partir de uma politização geral e de fortes sentimentos coletivos de solidariedade e esforços de auto-organização resultante de décadas e que

tem dado base à singularidade do movimento operário e popular argentino (ALMEYRA, 2004, p. 135).

O proletariado bonaerense em luta paralisava a produção, bloqueavam o acesso ao chão da fábrica, realizavam piquetes nas ruas dos bairros que davam acesso aos portões das fábricas, mantendo a entrada bloqueada e a produção paralisada, impedindo a entrada dos fura-greves e dos *krumiros* (operários contratados urgentemente para substituir os grevistas). Com o intenso processo de lumpemproletarização ocorrido no regime de acumulação integral argentino, essa cultura de luta chegou ao lumpemproletariado (majoritariamente ex-operários) que impossibilitados de bloquear a produção de capital, bloquearam a circulação e distribuição de mercadorias, assim como a mobilidade e transporte necessário à sociabilidade capitalista. Em linhas gerais, passaram a comprometer a livre circulação do capital, assim como, em certa medida, a própria produção de capital, visto que obstaculizava o acesso da força de trabalho aos locais de produção. Em suma, ameaçava a acumulação de capital. Para isso, tiveram que enfrentar o poder da burguesia, que

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[81]

se expressa no poder estatal; disputando o controle territorial das estradas, pontes e avenidas; reagindo de forma violenta à violência da sociabilidade capitalista regularizada pelo estado neoliberal; enfrentando as normas e regras (leis) burguesas; sobrepondo o direito à sobrevivência, à vida e trabalho “digno” ao direito à “livre circulação” (ALMEYRA, 2004).

A partir daí a piqueteria lumpemproletária, seguida da de outras classes e grupos sociais, se espalhou por quase todo o conurbano bonaerense. De acordo com o *Centro de Estudios Nueva Mayoría* (2003), a evolução geral dos bloqueios de estradas e avenidas progrediu da seguinte maneira: em 1997, foram realizados 23 bloqueios. Em 1998, 09; em 1999, 82; em 2000, 119; em 2001, 452 e em 2002, 587 bloqueios. Apenas na capital federal, os bloqueios passaram de 11 no ano de 1997 para 299 no ano de 2002. A expansão e consolidação do movimento piqueteiro ocorreu em uma conjuntura marcada por uma profunda crise de acumulação expressa em uma dificuldade cada vez maior da burocracia governamental em sustentar a regularização neoliberal, responsável pela expansão e

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[82]

radicalização da luta de classes em todo o território nacional.

Referências

ALAVÍO, Grupo (2002). *El rostro de la dignidade – memoria del MTD de Solano*. Buenos Aires. 1 dvd de vídeo (58 min.).

ALMEYRA, Guillermo (2004). *La protesta social en la Argentina (1990-2004)*. Buenos Aires: Ediciones Continente.

BONNET, Alberto (2011). *La hegemonia menemista – el neoconservadurismo en Argentina, 1989-2001*. Buenos Aires: Prometeo.

BRAGA, Lisandro (2013). *Classe em farrapos – acumulação integral e expansão do lumpemproletariado*. São Carlos,SP: Pedro e João editores.

DELAMATA, Gabriela (2004). *Los barrios desbordados – las organizaciones de desocupados del Gran Buenos Aires*. Buenos Aires: Eudeba.

ERIKSON, Erik (1987). *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Guanabara.

FERREIRO, Roi (2007). *La lucha de clases en Argentina – entre la revolución proletaria y la recuperación burguesa*. Florianópolis: Editora barba ruiva.

FLORES, Héctor Toty (2005). *Movimiento de trabajadores desocupados de La Matanza*. Em: FLORES, Héctor Toty (org.). *De la culpa a la autogestión – un recorrido del Movimiento de Trabajadores Desocupados de La Matanza*. Buenos Aires: Ediciones Continente.

GATTARRI, Félix e ROLNIK, Suely (1996). *Micropolítica – cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes.

GUIMARÃES, Alberto Passos (2008). *Classes perigosas – banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

SAINTOUT, Florencia. *Jóvenes y política: los limites de la aparente aporia* (2010). Em: SAINTOUT, Florencia (org.). *Jóvenes argentinos: pensar lo político*. Buenos Aires: Prometeo libros.

SVAMPA, Maristella e PEREYRA, Sebastián (2009). *Entre La ruta y el barrio – la experiencia de las organizaciones piqueteras*. Buenos Aires: Biblos.

SVAMPA, Maristella (2010). *La sociedad excluyente – la Argentina bajo el signo del neoliberalismo*. Buenos Aires: Taurus.

VIANA, Nildo (2014). *Capitalismo e desemprego – o lumpemproletariado na dinâmica da acumulação integral*. Em: SOUZA, Davisson (org.). *Desemprego, subemprego e protestos sociais no Brasil*. São Paulo: Unifesp.

____ (2015). *Blocos sociais e luta de classes*. Revista Enfrentamento. Ano 10, número 17, jan./jul.

VITULLO, Gabriel (2008). *Teorias da democratização e democracia na Argentina contemporânea*. Porto Alegre: Editora sulina.

Resumo: O artigo realiza uma discussão sobre a nova dinâmica da luta de classes no regime de acumulação integral (1990-) argentino com destaque para a contestação social realizada pelo movimento de desempregados (movimento piqueteiro), seus métodos de luta, forma organizativa, assim como para a potencialidade que o lumpemproletariado tende a adquirir na contemporaneidade.

Palavras-chave: Acumulação integral, luta de classes, lumpemproletariado, movimento piqueteiro.

Abstract: The article presents a discussion of the new dynamics of the class struggle in the integral accumulation regime (1990-) Argentine highlighting the social protest movement carried out by unemployed (piqueteiro movement), its methods of struggle, organizational form, as well as the potential that the lumpenproletariat tends to get nowadays.

Keywords: Integral accumulation, class struggle, lumpenproletariat, piqueteiro movement.